

Exmos Senhores,

Junto remetemos os Pareceres emitidos pelo STCCMCS - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas aos Projectos, publicados na Separata nº 81, DAR, de 19 de Janeiro de 2018, que passamos a enumerar:

- **PROJETO DE LEI Nº 709/XIII** - Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (décima terceira alteração ao código do trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro) (OS VERDES)
- **PROJETO DE LEI Nº 710/XIII** - Altera o Código do Trabalho, consagrando a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (PAN)

Com os melhores cumprimentos

Emília Machado

Secretariado de Apoio à Direcção

STCCMCS -Sindicato de Cerâmica e Construção do Sul e R. Autónomas

Rua Cidade Liverpool, 16 – piso 1 – 1170-097 LISBOA

Tel : 218818585 – Fax: 218818599 – ceramica@mail.sitepac.pt

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º ____/XIII (...ª) **Projeto de lei n.º 709/XIII** Proposta de alteração

Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (décima terceira alteração ao código do trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro) (OS VERDES)
(Separata n.º 81, DAR, de 19 de janeiro de 2018)

Identificação do sujeito ou entidade (a):

STCCMCS-Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas

Morada ou Sede: Rua Cidade de Liverpool, 16 - 1.º Piso

Local : LISBOA

Código Postal: 1170-097 LISBOA

Endereço Eletrónico: ceramica@mail.sitepac.pt

Contributo: **Subscrevemos o Parecer emitido pela CGTP-IN:**

PARECER

A CGTP-IN considera que, à imagem do que vem exposto na exposição de motivos do projecto de lei em análise, quer a tradição, quer a adesão popular ao feriado do Carnaval permitem reforçar a ideia que este se trata de uma festividade que, pela sua importância, justifica uma consagração diferente daquela que o Código do Trabalho actualmente lhe reconhece, nomeadamente na qualidade de feriado facultativo.

O reconhecimento definitivo do feriado do Carnaval como feriado obrigatório sempre foi uma reivindicação da CGTP-IN, alicerçada nas práticas sociais que consubstanciam a sua importância como festividade fortemente enraizada no nosso país, como relevante importância económica, social e cultural.

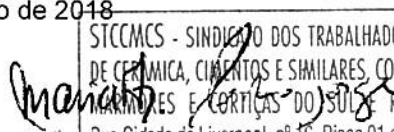
Não obstante, e independentemente de, por diversas vezes, ter sido permitido o gozo do Carnaval para os trabalhadores da administração pública através de uma designada tolerância de ponto, tal foi sempre efectuado de forma avulsa e apenas com sentido pontual. Em nenhuma legislatura se logrou conseguir uma conversão definitiva deste feriado facultativo em obrigatório, para frustração dos trabalhadores e seus familiares.

Esta situação provoca, no nosso entender, uma forte desigualdade de tratamento entre os trabalhadores que usufruem do gozo do direito a este feriado, e aqueles que, à margem de toda e qualquer expectativa cultural ou social, dele estão impedidos de usufruir, seja por via da designada tolerância de ponto, seja por via do direito consagrado nas Convenções Colectivas de Trabalho, que, apesar das ofensivas patronais para as descaracterizar, continuam a consagrar na sua generalidade, a terça-feira de Carnaval como feriado obrigatório,

Neste quadro, a CGTP-IN defende que é fundamental garantir e reforçar os direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, o projecto de lei do PEV relativo à consagração do feriado de Carnaval como feriado obrigatório vai no sentido certo, pelo que merece a nossa total aprovação.

Data: 16 de Fevereiro de 2018

Assinatura:


STCCMCS - SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS
DE CERÂMICA, CIMENTOS E SIMILARES, CONSTRUÇÃO, MADEIRAS,
MÁRMORES E CORTIÇAS DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS
Rua Cidade de Liverpool, nº 16, Pisos 01 e 1 - 1170-097 LISBOA
comissão coordenadora de Bases Fiscais e Tributárias da associação de empregadores, etc.
Email: ceramica@mail.sitepac.pt

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora de Bases Fiscais e Tributárias da associação de empregadores, etc.